



miguilim

revista eletrônica do netli

volume 10, número 3, set.-out. 2021

A CONSTRUÇÃO DO ETHOS NO DISCURSO DO VICE-PRESIDENTE HAMILTON MOURÃO



THE CONSTRUCTION OF ETHOS IN VICE-PRESIDENT HAMILTON MOURÃO'S DISCOURSE

Samuel Freitas HOLANDA
Universidade Federal do Ceará, Brasil

Sandra MAIA-VASCONCELOS
Universidade Federal do Ceará, Brasil

Débora Maria da Costa OLIVEIRA
Universidade Federal do Ceará, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | OS AUTORES
RECEBIDO EM 02/04/2021 • APROVADO EM 29/11/2021
DOI: <https://doi.org/10.47295/mgren.v10i3.3401>

Resumo

Esse trabalho analisa o discurso do vice-presidente da República Hamilton Mourão (PRTB) com o objetivo de investigar os possíveis efeitos envolvidos na construção do seu ethos. Nosso corpus se constitui do artigo de opinião publicado por Mourão no jornal O Estado de S. Paulo em maio de 2020. Fundamentamos nossa análise nos estudos desenvolvidos por Maingueneau (1989; 2015; 2008; 2011) sobre o conceito de ethos, na Semiolinguística de Charaudeau (2014; 2015) e no conceito de poder em Foucault (1979; 1996; 2004;

2008; 2014). Nossa pesquisa evidencia que uma das estratégias utilizadas pelo vice-presidente em seu discurso é a construção de um ethos de impotente através do reforço à condição de interdito por diversos agentes sociais.

Abstract

This article analyzes the discourse of Vice-President of the Republic Hamilton Mourão (PRTB) with the aim of investigating the possible effects involved in the construction of his ethos. Our corpus consists of the opinion piece written by Mourão in the newspaper O Estado de S. Paulo in May 2020. We base our analysis on the studies developed by Maingueneau (1989; 2015; 2008; 2011) about the concept of ethos, on Charaudeau's Semiolinguistics (2014; 2015) and on Foucault's theory of power (1979; 1996; 2004; 2008; 2014). Our research highlights that one of the strategies used by the vice-president in his discourse is the construction of an ethos of powerlessness through the reinforcement of the condition of being interdicted by various social agents.

Entradas para indexação

Palavras-chave: Ethos Discursivo. Discurso Político. Poder. Semiolinguística

Keywords: Discursive Ethos. Political Discourse. Power. Semiolinguistics

Texto integral

Introdução

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. (Michel Foucault)

Esse artigo é fruto das novas discussões suscitadas nesse contexto social e escrito em meio a uma realidade de incertezas sobre os rumos da epidemia do novo coronavírus. Nossa intenção é lançar luz sobre o discurso político que emerge nesse contexto, tendo em vista que, em tempos de grave risco à saúde pública, os discursos e a práxis política tornam-se ainda mais relevantes, refletindo e sendo refletidos nas ações dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade brasileira. Especificamente, decidimos analisar o discurso político do vice-presidente da República Antônio Hamilton Martins Mourão (PRTB), expresso em um artigo de opinião publicado no dia 14 de maio de 2020 no jornal O Estado de S. Paulo (MOURÃO, 2020). Conduzimos nossa proposta com o objetivo de analisar o ethos construído por Mourão em seu discurso tendo em vista sua posição no cenário de enfrentamento à crise de saúde do Coronavírus. Esta pesquisa pretende contribuir para os estudos do discurso nos âmbitos linguístico e social.

Oficialmente chamado de Sars-Cov-2 (OPAS/OMS, 2020), o recém-descoberto vírus que já se mostrou uma grave ameaça à saúde pública alterou rapidamente a vida dos 7 bilhões de habitantes do planeta Terra. Muitos estudos ainda precisam ser feitos para avaliar o verdadeiro impacto desse organismo sobre a vida em nosso planeta, mas já é possível perceber que as mudanças causadas por ele afetam não só a humanidade, mas as várias espécies que interagem

diariamente com nossa civilização. Poucos episódios recentes tiveram tão grande poder de impacto na organização global. Relatórios econômicos apontam que a recessão mundial que se projeta já é “muito pior” que a grande crise dos mercados financeiros em 2008/2009 (FMI, 2020, p. 1; UNTACD, 2020, p. 3). Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu, iniciou uma conferência no dia 30 de abril de 2020 afirmando que “a área do euro está enfrentando uma contração econômica de magnitude e velocidade sem precedentes em tempos de paz” (BCE, 2020). A comparação nos remete a crises recentes, como as que devastaram a economia europeia durante as duas grandes guerras ou ao primeiro surto causado pelo vírus influenza A (H1N1) ao final da Segunda Guerra, que ficou conhecido como gripe espanhola. Entretanto, quando se estuda a história da humanidade, pode-se perceber que a ocorrência de epidemias que devastam países e regiões é mais comum do que gostaríamos, como ocorreu com o surto de peste bubônica no século XIV e o de varíola no século XVIII.

Até o momento em que escrevemos esse artigo, os números oficiais apontam que mais de 2,7 milhões de pessoas perderam suas vidas, enquanto pelo menos 124 milhões já foram infectadas (JHU, 2021)¹. No Brasil, mais de 12 milhões de brasileiros foram diagnosticados com essa doença e pelo menos 300 mil tiveram seus óbitos oficialmente registrados como consequência da covid-19 em 12 meses (BRASIL, 2021). Para fins comparativos, a última pandemia havia sido causada pelo vírus influenza A (H1N1)², em 2009, que ficou conhecida como gripe suína e matou oficialmente cerca de 18 mil pessoas pelo mundo num período de 19 meses (OMS, 2010).

Um dos principais impactos causados pela doença, além da grave ameaça à vida, foi a desaceleração da economia mundial na tentativa de frear a disseminação do vírus (OMC, 2020, p. 1). Diante da forma de organização econômica moderna, que exige uma produção acelerada e um consumo desenfreado para manter tal produção, quaisquer fatores que reduzam esse consumo acabam afetando os índices de crescimento e alterando o tênue equilíbrio das forças produtivas do capitalismo. Uma das condições de subsistência do sistema capitalista é, pois, o crescimento econômico, que só pode ser alcançado com aumento da produtividade e do consumo (HARARI, 2017, p. 357). Diante da imposição de uma desaceleração abrupta, a economia mundial ameaça entrar em colapso e coloca em risco a frágil organização social subsistente no século XXI (OCDE, 2020).

Alguns países emergentes e subdesenvolvidos sentiram o impacto dessa reorganização produtiva de maneira muito maior, visto que o acesso a determinados bens e serviços se torna essencial para o enfrentamento da doença (UNTACD, 2020). No caso do Brasil, por exemplo, as desigualdades sociais e instabilidade econômica previamente existentes acabam gerando dificuldades e barreiras não encontradas em países desenvolvidos. Segundo relatório divulgado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, os mercados emergentes enfrentam uma grande fuga de capital devido à pandemia, tendo perdido US\$ 59 bilhões entre 21 de fevereiro e 24 de março de 2020, o que

¹ Alguns meses se passaram da produção desse artigo ao seu envio para publicação, mas atualizamos os números antes do envio.

² O vírus influenza A (H1N1) que causou o surto da chamada gripe suína em 2009 foi o mesmo que causou a gripe espanhola no início do século XX.

enfraquece as moedas locais e reduz o poder de compra dos seus cidadãos (UNTACD, 2020, p. 3). Para piorar, fatores externos, como a dificuldade de adquirir equipamentos e insumos necessários, agravam a falta de infraestrutura e aumentam o tempo de resposta ao problema. Tal situação exige do Estado uma ação rápida, bem planejada e fundamentada em dados científicos precisos, pois o menor erro de ingerência é capaz de causar milhares de mortes que poderiam ser evitadas. Por esse motivo, o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2020, p. 1) afirma que medidas políticas eficazes para evitar o contágio e proteger as vidas são necessárias para evitar uma crise econômica maior a longo prazo. Considerado um dos órgãos econômicos de maior relevância internacional, o FMI recomenda ainda medidas financeiras substanciais, como aumento dos investimentos no sistema de saúde, apoio às famílias e empresas afetadas internamente, bem como ajuda aos países com restrições financeiras que possuem dificuldades econômicas para lidar com a crise (FMI, 2020, p.1).

O governo atual, do qual faz parte o vice-presidente da República Hamilton Mourão, teve início em 2019 e centraliza-se na figura do presidente Jair Messias Bolsonaro (sem partido), cuja carreira política era marcada por 27 anos atuando como deputado, pela aprovação de dois projetos no legislativo e pela companhia de três filhos exercendo mandatos eletivos. A relação entre Bolsonaro e Mourão ajudou no estabelecimento de alianças com setores conservadores e à direita do espectro político, como evangélicos, empresários, ruralistas e militares. Além disso, o discurso do atual governo também se aproxima bastante das pautas e reivindicações da extrema-direita global (alt-right), que apresentou um crescimento recente e forte interesse em discursos conspiracionistas, negacionistas e nacionalistas. Há, evidentemente, diversas oposições geradas pela figura de Bolsonaro, que agrupam grupos sociais distintos em debates sobre temas polêmicos, como o armamentismo, os direitos sexuais e reprodutivos, a descriminalização de drogas ilícitas, entre outros. Ressaltamos, porém, que não acreditamos que todos os apoiadores do governo compartilham dos mesmos valores, visto que nossa sociedade é marcada pela pluralidade dos discursos, que estão sempre em constante colisão. Entretanto, apesar de negarem oficialmente que aprovem pautas extremas, os discursos produzidos muitas vezes revelam a identificação de parte dos seus aliados a valores socialmente censuráveis, como nas ocasiões em que integrantes do governo replicaram oficialmente discursos, gestos e mensagens bastante semelhantes aos utilizados por grupos nazifascistas. Em resposta às críticas que apontam essas semelhanças, os responsáveis sempre justificam que elas são apenas coincidência, nunca assumindo efetivamente uma identificação intencional.

Fundamentação teórico-metodológica

Para a análise, lançamos mão de fundamentos teóricos e metodológicos desenvolvidos no âmbito da Análise do Discurso Francesa, especificamente conceitos importantes como o de discurso em Pêcheux (2012) e o de ethos em Maingueneau (1989; 2015; 2008; 2011) e Charaudeau (2014; 2015). Também evocaremos para a discussão autores que fizeram contribuição para o estudo da

organização política e sua relação com o poder, como Althusser (1980) e Foucault (1979; 1996; 2004; 2008; 2014).

Nossa categoria central nesse estudo é a noção de *ethos*, introduzida inicialmente na Retórica, de Aristóteles, mas retomada modernamente e bastante desenvolvida por Maingueneau no âmbito dos estudos do discurso. Há, evidentemente, uma discussão em torno dessa categoria no campo da retórica, que recebeu importantes contribuições de autores como Barthes (1987) e Eggs (2011), mas nos fundamentaremos nos estudos desenvolvidos por Maingueneau e Charaudeau devido ao enfoque discursivo de nossa análise.

Apesar de Maingueneau ser a referência no uso dessa categoria nos estudos discursivos, é em Ducrot que ele vai se inspirar para desenvolver este conceito nas teorias da AD. Portanto, cabe a Ducrot (1987) o mérito de recuperar o termo *ethos* dos estudos da Antiga Retórica e incorporar à sua teoria polifônica da enunciação, considerado por ele mesmo como um enfoque pragmático linguístico. Em sua teoria, Ducrot (1987, p. 186-189) distingue três instâncias de pessoa: o sujeito falante, ser empírico, situado fora da linguagem; o “locutor enquanto tal”, a quem chama L, que seria responsável pela enunciação; e o locutor enquanto ser do mundo, denominado de λ , origem do enunciado. Para explicitar melhor a distinção L- λ , Ducrot (1987, p. 188) recorre a Aristóteles, afirmando que a imagem favorável dada pelo orador a si mesmo para seduzir o ouvinte e captar sua benevolência é designada como *ethos*. Em seguida, o autor estabelece que, para sua teoria, a noção de *ethos* seria equivalente ao locutor L. Sobre essa noção, ele afirma:

É necessário entender por isso o caráter que o orador atribui a si mesmo pelo modo como exerce sua atividade oratória. Não se trata de afirmações auto-elogiosas que ele pode fazer de sua própria pessoa no conteúdo de seu discurso, afirmações que podem, ao contrário, chocar o ouvinte, mas da aparência que lhe confere a fluência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, os argumentos. (DUCROT, 1987, p. 188-189).

Já em Maingueneau (2013, p. 107), o *ethos* é então definido basicamente como um fenômeno responsável por “revelar” a personalidade do enunciador por meio da enunciação. Entretanto, não se pode acreditar que o *ethos* corresponde aos atributos reais do locutor. Longe de ser uma “representação estática”, o *ethos* é construído de maneira dinâmica pelo destinatário por meio da fala de seu locutor (MAINGUENEAU, 2015, p. 14). E, apesar de estar ligada ao ato discursivo, Maingueneau ressalta que essa noção é atravessada por representações que o público constrói antes mesmo que o enunciador comece a falar. Por esse motivo, o autor propõe uma divisão entre *ethos* discursivo e *ethos* pré-discursivo:

Se o *ethos* está crucialmente ligado ao ato de enunciação, não se pode ignorar, entretanto que o público constrói representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale. Parece, pois, necessário estabelecer uma primeira distinção entre *ethos* discursivo e *ethos* pré-discursivo (o que Ruth Amossy e Galit Haddad chamam aqui de *ethos* prévio). Só o primeiro corresponde à definição de Aristóteles e é para ele que minha atenção se volta aqui. (MAINGUENEAU, 2011, p. 71 – grifo do autor).

Para Maingueneau, o *ethos* será então o resultado da relação entre diversos fatores. Além da influência das representações prévias que o destinatário possui do locutor, ele considera a possibilidade de o próprio enunciador fazer sugestões a sua imagem (*ethos dito*), que seria distinto das imagens pelo modo como seu discurso é organizado (*ethos mostrado*). O resultado da interação dessas instâncias seria o *ethos efetivo*, construído de acordo com a interação entre o locutor e seu destinatário (MAINGUENEAU, 2015, p.18-19).

Charaudeau (2014, 2015) também fez contribuições para a noção de *ethos* e, para este trabalho, adotaremos postulados desenvolvidos pelo autor no seio de sua Teoria Semiolinguística, principalmente pela sua vasta contribuição para a análise do discurso político. O enfoque teórico dado pelo autor concebe a linguagem como um ato interenunciativo em que os protagonistas do ato de linguagem (EU e TU) se desdobram em outros dois, de modo que uma situação de comunicação envolve sempre quatro sujeitos, e não apenas dois. Esse desdobramento ocorre porque o sujeito que comunica (EUc) cria para si um destinatário ideal (TUD), que não corresponde exatamente ao destinatário que interpretará seu ato de linguagem (TUi), mas é uma criação discursiva. Por outro lado, o destinatário desse ato de linguagem constrói a imagem de um enunciador desse ato (EUe), que difere do sujeito que comunicou. Portanto, todo ato de linguagem envolve quatro sujeitos: EUc / EUe e TUD / TUi (CHARAUDEAU, 2014, p. 44-49).

Sobre a noção de *ethos*, Charaudeau se aproxima de Maingueneau e também faz importantes considerações. Para ele, a “identidade discursiva” do sujeito também é atravessada por uma “identidade psicológica e social” atribuída por seu interlocutor, de maneira que o que dizemos será afetado pela maneira como os outros nos veem, resultando em uma identidade única, o *ethos*. Dessa forma, “identidades discursiva e social fusionam-se no *ethos*” (CHARAUDEAU, 2015, p. 115). Além disso, ele também destaca que

[...] o *ethos* não é totalmente voluntário (grande parte dele não é consciente), tampouco necessariamente coincidente com o que o destinatário percebe, reconstruído ou construído; o destinatário pode muito bem construir um *ethos* do locutor que este não desejou, como frequentemente acontece na comunicação política. (CHARAUDEAU, 2015, p. 116).

Charaudeau propõe então uma divisão dos tipos de *ethos* em dois grandes grupos: os *ethé* de credibilidade e os *ethé* de identificação. O primeiro seria resultado da construção “de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo digno de crédito” (CHARAUDEAU, 2015, p. 119). No discurso político, estariam inclusos nessa categoria os *ethos* de “sério”, de “virtude” e de “competência”. Os *ethé* de identificação seriam resultados de uma interação entre traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos e de declarações verbais, interpretados pelos interlocutores e avaliados positiva ou negativamente a depender de seus imaginários sociais: “o cidadão, mediante um processo de identificação irracional, funda sua identidade na do político” (CHARAUDEAU, 2015, p. 137). Alguns dos

ethos que Charaudeau já distinguiu no discurso político e classifica nessa categoria são: o de “potência”, o de “caráter”, o de “inteligência”, o de “humanidade”, o de “chefe” e o de “solidariedade”.

Charaudeau (2015, p. 137) reconhece, porém, que tentar descrever e classificar os ethos dessa segunda categoria é uma questão delicada, o que pode criar uma “polivalência de imagens”. Acreditamos também que o autor deixa uma lacuna ao não classificar os ethos “negativos”, que podem vir a ser resultado do discurso. Um político poderia tentar construir um ethos de intelectual, mas acabar criando uma imagem de “mal informado” ou “atrapalhado”. A tentativa de parecer “solidário” pode resultar em uma imagem de “oportunista”, dependendo da ocasião e da forma como esse discurso foi construído. É possível até mesmo que esses ethos sejam construídos intencionalmente pelo político, e não resultados de uma falha do seu discurso.

Em 3 de outubro de 2010, o humorista Tiririca se tornou o Deputado Federal mais votado do Brasil até aquela data após uma campanha política em que usou slogans como: “Vote no Tiririca, pior do que tá não fica”, “Vote no abestado” ou “O que é que faz um Deputado Federal? Na realidade eu não sei, mas vote em mim que eu te conto”. Claro que esse não é um caso comum na práxis política, no entanto, com a crise político-institucional que tem dominado parte das democracias ocidentais, está cada vez mais frequente encontrar indivíduos que conseguem conquistar a adesão de um grande número de pessoas subvertendo o discurso político. Em 2019, na Ucrânia, o humorista Volodymyr Zelenskiy foi eleito para a Presidência do país após uma campanha com propostas vagas e um slogan que dizia: “Se não tem promessa, não tem decepção”. O ator e humorista, que não tinha nenhuma experiência política, a não ser na ficção, foi eleito com 73% dos votos. Diante dessas mudanças, acreditamos ser possível que os ethé de identificação possam incluir imagens negativas construídas intencionalmente ou não, tais como: ethos de “impotente”, de “despreparado”, de “corrupto”, de “desumano”, entre outros.

Desse modo, considerando que o discurso político é um fenômeno complexo, que está em constante modificação e sempre cria diversas dificuldades para o analista do discurso, toda análise precisa estar bastante atenta às condições de produção desse discurso e aos fatores que podem influenciá-lo. Charaudeau, em diálogo com Claude Lefort, discorre sobre isso:

Claude Lefort lembra, em entrevista, que o fenômeno político é resultante de vários componentes: fatos políticos, como atos e decisões que emanam da autoridade; fatos sociais, como organização e estruturação das relações sociais; fatos jurídicos, como leis que regem as condutas e as relações dos indivíduos que vivem em sociedade; fatos morais e psíquicos, como práticas que manifestam sistemas de valores. A análise do discurso político toca todas essas componentes na medida em que cada uma delas deixa traços discursivos, o que quer dizer que seu campo é imenso e complexo, mas também que ela não pode se contentar em analisar as ideias das quais os discursos são portadores. (CHARAUDEAU, 2015, p. 45-46).

Charaudeau completa essa discussão ressaltando uma divisão entre duas abordagens dos estudos do discurso: enquanto uma daria mais ênfase aos “conteúdos do discurso”, a outra voltaria sua atenção para os “mecanismos da comunicação”. A abordagem dos conteúdos, ligada ao *logos*, teria sido predominante nas análises realizadas até então. E a segunda, relacionada mais ao *ethos* e ao *pathos*, estaria descobrindo um deslocamento do discurso político das questões que envolvem “valores” e “sistemas de pensamento” para o lugar da encenação desse jogo. Entretanto, o autor também ressalta que, apesar dessa divisão, as duas abordagens são indissociáveis. Dessa forma, nosso método de análise se propõe a investigar o *ethos* construído por Mourão, um dos principais mecanismos de persuasão, a partir da maneira como ele articula os conteúdos e valores no seu discurso por meio de mecanismos linguísticos específicos.

Nesse sentido, outro conceito importante para análise do discurso aqui discutido é o de poder. Há uma longa tradição de teóricos que já se ocuparam em tentar entender ou definir a forma como o poder atua nas sociedades. Desde o período medieval, quando essa prerrogativa era vista como presente divino, até os estudos de Foucault, que demonstraram a fragmentação do poder nas sociedades modernas.

Platão, em *A república* (380 A.C), defendia que o Estado ideal seria aquele governado por um rei-filósofo, pois seria a única forma de um governante saber lidar com a justiça na vida pública e conduzir adequadamente a pólis. Maquiavel, em *O príncipe* (1532), foi um dos primeiros filósofos renascentistas a propor uma perspectiva laica e objetiva do poder político. Para ele, o uso do poder se justificava conforme os interesses do governante, desde que seguissem critérios de uma ética política que fossem revistos de acordo com as circunstâncias e sempre tendo em vista os fins coletivos. Seu pensamento previa, portanto, o uso da força bruta, como armas, violência e coerção, caso fosse necessário. Hobbes, em *Leviatã* (1651), defendia que o poder deveria ser usado pelo monarca para trazer harmonia à sociedade, a qual teria a maldade em sua natureza. Para evitar que o homem voltasse ao seu estado natural, a guerra, de acordo com o autor, o governante deveria impor a ordem, ainda que pelo medo e violência, ou seja, sua concepção defendia um Estado absolutista e autoritário.

Por outro lado, John Locke, o mais influente filósofo liberal, ficou conhecido por defender que o papel do governo era garantir os direitos dos cidadãos, sendo contra o absolutismo vigente à época. Para o autor, o direito à liberdade, à vida e à propriedade seriam fundamentais e conquistados através do trabalho. Já Montesquieu, preocupado com o abuso do poder, propôs a separação dos poderes, adotada até hoje na maioria dos Estados modernos, inclusive no Brasil: Executivo, Legislativo e Judiciário. Para o filósofo, essa configuração faria o “poder” deter o próprio “poder”, o que evitaria os possíveis abusos. Esses foram os valores adotados pela burguesia da época, que, ao promoverem suas revoluções, foram profundamente influenciadas na reformulação da organização do Estado. Tal mudança gerou modificações nas estruturas políticas de diversos países, que passaram do Estado absolutista para o Estado liberal ou Estado de direito.

A mudança de regime político, entretanto, não acabou com os problemas relacionados ao uso do poder na sociedade. Logo, a euforia proporcionada pela flexibilização das estruturas sociais deu lugar ao desespero diante do

aprofundamento das desigualdades. A burguesia tomava, então, o lugar dos monarcas, mas a sociedade europeia estava longe do cenário idealizado na era das revoluções. A realidade trouxe, na verdade, um Estado que se organiza em torno do sistema de produção vigente e que continua a permitir a acumulação de capital. A revolução, afinal, não foi contra a instituição monárquica de fato, mas contra as interferências nos ganhos econômicos dos “homens de negócio” (LASKI, 1973, p. 115).

Inicialmente, a Análise do Discurso desenvolvida por Pêcheux, sendo influenciada pelo materialismo histórico, interessou-se principalmente pelo discurso político produzido no contexto desse Estado capitalista e em suas implicações sociais. Pelas lentes do marxismo, associou a ideologia ao exercício do poder. Especificamente devido a Althusser (1980), que foi responsável pela maneira como a AD concebeu a ação da ideologia nos sujeitos. Em sua obra *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, Althusser (1980, p. 42-45) defende que o papel do Estado é garantir a perpetuação do poder na classe dominante por dois meios: os Aparelhos Repressores de Estado (polícia, exército, tribunais, prisões, etc.) e os Aparelhos Ideológicos de Estado (religião, escola, família, direito, política, sindicato, cultura e informação).

Por esse motivo, o conceito de poder na AD inicialmente estava relacionado à questão da luta de classes. É Foucault quem subverte esse entendimento ao chamar atenção para outras relações em que o poder estaria presente. Em uma entrevista, ele explica por que questionou a noção de poder existente até então:

Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1979, p.7-8).

Em Foucault, o poder deixa de ser visto como atributo exclusivo do Estado ou de uma classe e passa a ser flagrado no corpo social como um todo. Foucault (2008, p. 4) discorre sobre o que acredita ser algumas das propriedades do poder: ele não seria uma substância ou fluido, mas “um conjunto de mecanismos e procedimentos” que teria como função manter a si mesmo, ainda que não consiga; entretanto, o poder não se funda em si mesmo, nem se dá a partir de si mesmo, isto é, as relações ou procedimentos que intentam estabelecer, manter ou transformar os mecanismos de poder não são “autogenéticas”; esses mecanismos de poder não seriam tangenciais, mas parte intrínseca de todas as relações, seus efeitos e causas, seja nas relações de produção, nas relações familiares ou nas relações sexuais. Isso

não significa que o Estado esteja desprovido de poder, mas que esse conceito deixa de ser algo estático, que possa ser exercido apenas por uma classe específica ou instituição. Ainda conforme o autor,

[...] o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; [...] Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito do conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados (FOUCAULT, 2014, p. 30).

Foucault (2014, p. 31) também chama atenção para uma relação entre o poder e o saber, afirmando que o “poder produz saber”, de maneira que não há relação de poder sem uma “constituição correlata de um campo do saber”, assim como não existe “saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. Da mesma forma, o poder estaria diretamente relacionado à noção de “verdade”:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é - não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções - a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p. 12).

A partir de considerações desenvolvidas por Foucault e diversos outros autores, Pêcheux (2012) revisa alguns posicionamentos teóricos, especialmente os relacionados à influência estruturalista e marxista. Como ressaltamos, os estudos foucaultianos não anulam a noção de poder político, mas destacam a importância de não se estudar as relações sociais sob a perspectiva da existência de uma única fonte de poder. Isso significa que, além das questões que envolvem o uso de poder pelo Estado constituído e seus efeitos sobre os discursos, temos ainda que considerar os micropoderes que circulam e também modificam as produções discursivas. Por esse motivo, essa perspectiva torna a noção de ideologia em Althusser, que concebe a produção dos discursos atrelada a estruturas rígidas de pensamento, insuficiente para análise da sociedade atual.

Pêcheux (2012, p. 51) aproxima-se então dessa concepção de Foucault ao sugerir que o objeto da linguística aparece “atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços”: um desses espaços estaria ligado à manipulação de “significações estabilizadas”, enquanto o outro escaparia “a qualquer norma estabelecida a priori”. A fronteira entre os dois espaços seria difícil de determinar, visto que teria entre ela “uma zona intermediária de processos discursivos [...] que oscilam em torno dela”. Sobre esse aspecto, Pêcheux ainda afirma:

Este caráter oscilante e paradoxal do registro do ordinário do sentido parece ter escapado completamente à intuição do movimento estruturalista: este nível foi objeto de uma aversão teórica, que o fechou totalmente no inferno da ideologia dominante e do empirismo prático, considerados como ponto-cego, lugar de pura reprodução do sentido (Pêcheux, 2012, p. 52).

Pêcheux (2012, p. 52) critica também a ideia de que as classes dominadas não poderiam jamais inventar algo, como se tivessem a “necessidade vital de universos logicamente estabilizados que os jogos de ordem simbólica não os concerniriam”. De modo contrário, o autor defende então que toda descrição estaria exposta ao “equivoco da língua” e que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro”, sendo então “linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação” (PÊCHEUX 2012, p. 53). Desse modo,

“todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento em seu espaço [...]” (PÊCHEUX 2012, p. 56).

A partir dessa perspectiva, nossa análise lança luz sobre o *corpus* escolhido tendo consciência de que não estamos lidando com uma espécie de revelação dos sentidos desse discurso, mas com uma construção de significados que se apoia em movimentos de descrição e interpretação para identificar os possíveis efeitos discursivos causados pelo acontecimento que representa o enunciado de Mourão.

O interdiscurso em análise: Covid-19 e Governo Bolsonaro

Tendo em vista nossa decisão teórico-metodológica de assumir os pressupostos da ADF, nosso caminho para análise do discurso de Mourão deve incluir uma passagem pelo interdiscurso em que esse enunciado foi construído. Para isso, é preciso colocar em evidência as condições de produção desses discursos e os principais fatos relacionados a eles: a epidemia de Covid-19 e o governo do presidente Jair Bolsonaro.

A epidemia da covid-19 foi detectada em 31 dezembro de 2019, na cidade chinesa de Wuhan, que possui cerca de 11 milhões de habitantes. No entanto, de acordo com informações oficiais, apenas no dia 7 de janeiro de 2020 que

autoridades chinesas anunciaram a descoberta do novo coronavírus (OPAS/OMS, 2020). Alguns dias depois, em 23 de janeiro, Wuhan foi isolada, suspendendo o funcionamento dos seus transportes públicos e cancelando voos para a região. Apesar das medidas terem sido tomadas em um curto espaço de tempo, ficou claro que a identificação do novo surto foi feita tardiamente, visto que, além da China, Estados Unidos, Japão, Tailândia, Taiwan e Coreia do Sul já haviam registrados contaminados pelo Sars-CoV-2 (G1, 2020). Segundo um artigo publicado na Nature Medicine, um dos principais periódicos da área, o novo vírus teria surgido como uma evolução natural de outro coronavírus. De acordo com os pesquisadores, o Sars-CoV-2 é o sétimo coronavírus conhecido por infectar seres humanos. A análise genética realizada pelos autores também demonstrou que o vírus causador da covid-19 não foi produzido em laboratório ou manipulado de outra forma, como sustentam alguns discursos (ANDERSEN K. G. et al, 2020).

Os sintomas causados por esse vírus variam bastante, indo de um simples resfriado em algumas pessoas até uma pneumonia severa em outras. Entretanto, segundo o site do Ministério da Saúde (BRASIL, 2020b), os sintomas mais comuns da doença são tosse, febre, coriza, dor de garganta e dificuldade para respirar. Entretanto, alguns periódicos estão publicando pesquisas que investigam a existência de outros sintomas, como alterações no olfato ou paladar, fadiga, diarreia, dor muscular, dor de cabeça, perda de apetite, entre outros (SPINATO G. et al, 2020). O principal meio de transmissão da doença acontece através do contato com uma pessoa infectada, mesmo que seja assintomática. A transmissão do vírus ocorre por meio de gotículas e aerossóis produzidos pelo nariz/boca, liberados quando uma pessoa infectada fala, tosse ou espirra. O grande problema é que o vírus tem um longo período de incubação, com uma duração média de 5 dias, mas que pode chegar a 15, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS, 2020). Essa característica dificulta a identificação dos infectados e facilita o contágio. Por esse motivo, junto ao fato de que toda a população está suscetível a ser contaminada, as recomendações mais sugeridas pela OMS são as chamadas intervenções não farmacológicas, como o distanciamento social e o uso de máscara, ações que têm por objetivo evitar que haja uma rápida disseminação do vírus e o consequente colapso do sistema de saúde dos países. Até o momento, apesar das vacinas que estão sendo aplicadas, nenhum medicamento foi comprovadamente eficaz em aumentar as chances de sobrevivência dos infectados (OPAS/OMS, 2020).

A partir dessas informações, é necessário delinear aqui a reação do governo brasileiro ao vírus, visto que isto foi responsável por moldar o interdiscurso relacionado à chegada do Sars-CoV-2 ao Brasil. Inicialmente, Bolsonaro evitou comentar a pandemia e quando o fez, minimizou seus efeitos. Em 6 de março, afirmou que não havia motivo para pânico. Nos dias seguintes, viajou para os EUA com o objetivo de se encontrar com o presidente Trump e, por lá, sustentou o discurso de que havia um superdimensionamento da doença³, culpando em especial a mídia por esse problema. Após retorno dessa viagem, em 11 de março, o secretário-chefe da Secom (Secretaria Especial de Comunicação), Fabio Wajngarten, que acompanhou a comitiva presidencial, sentiu sintomas da covid-19

³ Até então, o presidente americano compartilhava desse entendimento e sustentou um discurso semelhante.

e realizou um teste. No dia seguinte, após o resultado ter sido positivo, a aproximação da doença forçou o presidente a realizar exames preventivos e falar mais sobre o assunto. A essa altura, diante do cenário catastrófico que estava sendo visto na Itália e dos primeiros casos sendo notificados por aqui, muitos governadores no Brasil começaram a decretar suspensão de aulas nas instituições de ensino e fechamento do comércio. No dia 17 de março, Bolsonaro manifestou publicamente insatisfação com as decisões dos governadores, afirmando que elas teriam sido tomadas devido a uma “histeria” e que prejudicariam a economia. Nos dias seguintes, Bolsonaro deu diversas declarações que foram não só moldando as discussões sobre a crise e reforçando o discurso contra as medidas adotadas pelos governadores, mas também lançando a base para o interdiscurso de seu vice.

20 de março: “Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar.”

22 de março: “Brevemente, o povo saberá que foi enganado por esses governadores e por grande parte da mídia nessa questão do coronavírus”.

23 de março: “A dose do remédio não pode ser excessiva de modo que o efeito colateral seja mais danoso que o próprio vírus”.

24 de março: “Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar. Nada sentiria. Ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho. (...) Algumas poucas autoridades, estaduais e municipais, devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento do comércio e o confinamento em massa”.

25 de março: “O que estão fazendo com o Brasil, alguns poucos governadores e alguns poucos prefeitos, é um crime. Eles estão arrebetando com o Brasil. (...) Outros vírus mataram bem mais do que este e não teve essa comoção toda”.

27 de março: “O maior remédio para qualquer doença é o trabalho. (...) Não podemos agir dessa maneira irresponsável. (...) Vão quebrar o Brasil por conta do vírus”.

29 de março: “O vírus está aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, p*. Não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Todos nós iremos morrer um dia”.

2 de abril: “Tá com medinho de pegar vírus? Brincadeira. E o vírus é uma coisa que 60% vão ter, ou 70%. (...) Eu desconheço qualquer hospital que esteja lotado”

12 de abril: “Parece que está começando a ir embora essa questão do vírus, mas está chegando e batendo forte a questão do desemprego”.

17 de abril: “Abrir comércio é risco que eu corro, se agravar vem pro meu colo”.

20 de abril: “Aproximadamente 70% da população vai ser infectada. Não adianta querer correr disso. É uma verdade. (...) Houve uma potencialização das consequências do vírus. (...) Levaram o pavor para o público, histeria”.

28 de abril: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”.

29 de abril: "Não adianta a imprensa querer botar na minha conta estas questões que não cabem a mim".

O discurso sobre a pandemia começou então a construir uma oposição entre saúde e economia, levando uma parte da população a desacreditar nos riscos causados pelo vírus ou confiar em panaceias divulgadas em sites e aplicativos, como fazer gargarejo com chás milagrosos ou utilizar medicamentos que não tiveram sua eficácia comprovada. O resultado, já que o discurso se materializa em ações, é que os embates travados no campo discursivo passaram para o âmbito pragmático, afetando o modo como as pessoas lidam com a situação.

[...] a questão mais global da finalidade de uma análise dos discursos políticos quanto à sua capacidade de revelar o que é a realidade do poder, este sendo, para alguns, essencialmente uma questão de ação, tendo, portanto, necessidade de mostrar que não poderia haver ação política se não houvesse discurso que a motivasse e lhe conferisse sentido (CHARAUDEAU, 2015, p. 39).

A principal proposta do presidente era a adoção do “isolamento vertical”⁴ para que não houvesse consequências econômicas. Nesse tipo de isolamento, apenas as pessoas infectadas ou pertencentes aos grupos de risco ficariam em quarentena. Para tratar os doentes acometidos pelo vírus, Bolsonaro insistiu no uso da Hidroxicloroquina, ainda que sua ação não tenha sido comprovada cientificamente. Na tentativa de decidir sobre o assunto, o presidente editou a MP 926/20, que concentrava no Governo Federal o poder de tomar decisões que pudessem restringir o transporte de bens, a movimentação de pessoas e a manutenção de serviços. No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar uma ação movida pelo PDT contra essa medida provisória, decidiu que os estados e municípios também possuem poder para decidir sobre as ações de enfrentamento à covid-19. Essa decisão foi recebida pelo Executivo como uma interferência do STF nas suas atribuições. Outra tentativa de legislar sobre o assunto veio no dia 11 de maio, com o decreto 10.344/20, que incluiu salões de beleza, barbearias e academias de ginástica como serviços essenciais. Em resposta, os governadores anunciaram que não seguirão o entendimento do Governo Federal, orientando que os estabelecimentos do tipo permaneçam fechados.

As colisões com o STF não pararam por aí. A saída do ex-Ministro da Justiça, Sérgio Moro, abriu outras crises entre os poderes, visto que uma denúncia realizada pelo ex-ministro levou a Procuradoria Geral da República a abrir um inquérito envolvendo Bolsonaro e Moro. Nesse imbróglio, duas outras ações do STF incomodaram bastante o Poder Executivo. A primeira foi a suspensão da nomeação de Alexandre Ramagem como diretor da Polícia Federal pelo Ministro do Supremo Alexandre de Moraes, sob a justificativa de que essa nomeação se caracterizaria como “desvio de finalidade do ato presidencial” diante do

⁴ O isolamento vertical pode ser equivalente à *mitigação* em alguns países, enquanto o chamado “isolamento horizontal” seria o que chamam de *supressão*. Publicado em março de 2020, um estudo realizado pelo Imperial College London utilizando modelos matemáticos de previsibilidade da epidemia concluiu que as medidas de mitigação (isolamento vertical) teriam como consequência a sobrecarga do sistema de saúde (FERGUSON, N. M et al, 2020, p. 10).

vazamento para a imprensa da conversa entre o ex-ministro Sérgio Moro e o presidente Bolsonaro. A segunda ação se trata de uma situação embaraçosa causada pela entrega de um vídeo ao STF sob ameaça de ser realizada uma busca e apreensão no Palácio do Planalto. A ação foi determinada por Celso de Mello, então Ministro do STF. Ao mesmo tempo, uma disputa judicial envolvendo os exames de Bolsonaro para a covid-19 e o jornal Estado de S. Paulo chegou à suprema corte. O presidente afirmava que não se sentia à vontade em divulgar seus exames, mas o jornal entrou na justiça. A juíza responsável pelo caso determinou que o presidente divulgasse seus exames com base na lei da transparência e no direito de acesso à informação pública. Após a tramitação nas outras instâncias, o processo chegou ao ministro Ricardo Lewandowski, a quem caberia decidir sobre o assunto. Diante da iminência de mais uma decisão desfavorável, o próprio presidente, através da Advocacia-Geral da União, se antecipou e entregou seus exames que deram negativo.

A saída do ex-ministro Sérgio Moro do governo não foi a única a chamar atenção. Na verdade, é notória a dificuldade de articulação política entre os próprios integrantes da atual gestão, especialmente devido à existência de uma ala mais radical⁵, que pode estar ligada a seus filhos. Durante alguns meses, enquanto o Ministério da Saúde sustentava o discurso a favor do distanciamento social e da tomada de decisões com base nas evidências científicas, o presidente sustentava o discurso contrário, gerando constantes conflitos e situações constrangedoras. O resultado, até agora, foi a saída de dois ministros da saúde em meio à crise causada pela covid-19.

É necessário considerar também os vários conflitos ocorridos entre Bolsonaro, no papel de chefe do Executivo, e os representantes do Poder Legislativo. O deputado Rodrigo Maia (DEM), então Presidente da Câmara dos Deputados, por exemplo, era visto como um inimigo por muitos apoiadores do presidente, tendo sido várias vezes criticado em faixas levadas a manifestações de apoio ao governo. Um dos principais problemas alegado pelos opositores de Maia era que sua atuação na Câmara atrapalhava as decisões de Bolsonaro, especialmente quando ele modificava ou deixava vencer Medidas Provisórias enviadas pelo presidente. Por outro lado, Bolsonaro evitava ataques diretos a Rodrigo Maia, visto que ele possuía prerrogativas que poderiam lhe prejudicar ainda mais, como permitir a abertura de um processo de impeachment.

Além disso, o governo brasileiro também é bastante citado pela sua dificuldade de manter boas relações com outras instituições e países. São recorrentes os desentendimentos do presidente com jornalistas, profissionais da imprensa e veículos de comunicação. Mais notável ainda é quando envolve parceiros comerciais importantes, como a China. Pelo menos dois ex-ministros, Ernesto Araújo, das Relações Exteriores, e Weintraub, da Educação, já foram responsáveis por ocasionar crises nas relações diplomáticas com os chineses. Outros incidentes diplomáticos já fizeram países como França, Alemanha, Noruega,

⁵ Um inquérito aberto no STF (nº 4.781) sob a relatoria do ministro Alexandre de Moraes investiga a existência de uma “associação criminoso”, envolvida na elaboração e no compartilhamento de fake news, denominada de “Gabinete do Ódio”. O inquérito indicou que o grupo é financiado por empresários e dissemina materiais com “flagrante conteúdo de ódio, subversão da ordem e incentivo à quebra da normalidade institucional e democrática” (BRASIL, 2020c).

Dinamarca, Finlândia, Canadá, Colômbia, Países Árabes e Argentina a se manifestarem oficialmente contra ações ou discursos do atual governo. Um dos momentos mais críticos ocorreu durante o aumento dos incêndios na floresta amazônica, fato que chamou a atenção de vários países para o Brasil. O episódio, inclusive, é retomado no discurso de Mourão ao criticar o posicionamento de alguns opositores.

Por fim, a própria figura do sujeito produtor do discurso aqui em análise tem sua origem num campo polêmico. General da reserva, Mourão tem origem na carreira militar, assim como Bolsonaro, mas apenas em 2018 filiou-se ao PRTB com o objetivo de compor a chapa como candidato a vice-presidente. Com declarações controversas antes de ser eleito⁶, mantém uma relação tensa com o presidente e seus filhos, mas evita dar declarações que contradigam o discurso de Bolsonaro. Sua figura também evoca a sombra do militarismo sobre o regime político brasileiro, que experimentou muito recentemente um longo governo sob a rigorosa tutela das forças armadas. Devido à anistia decretada em lei de 1979, o país praticamente não puniu crimes relacionados ao abuso de poder à época, o que impediu que uma parte importante da história brasileira fosse adequadamente refletida nos dias atuais. O resultado é o fortalecimento de um discurso que defende novamente a concentração de poder político para resolver problemas atuais baseado numa idealização afetuosa que parece estar confundida pela memória obscura desse período fúnebre. No dia 31 de março de 2020, o próprio vice-presidente Hamilton Mourão comemorou o Golpe Cívico-Militar de 1964, defendendo que o Regime Militar brasileiro foi um período importante para o desenvolvimento do país. Em relação a esse discurso, não há dúvidas de que o PIB do país apresentou um enorme crescimento em um período da ditadura militar, chamado de “milagre econômico brasileiro”, mas é preciso pontuar que esse crescimento foi acompanhado da queda no valor do salário mínimo real, que equivalia a R\$ 1.357,61 em março de 1964 e chegou a R\$ 536,18 em março de 1985, último mês do regime militar (IPEA, 2020). Tal redução ocorreu devido ao arrocho salarial adotado no período, mas não foi a única responsável pelo aumento das desigualdades, pois veio acompanhada de um conjunto de reformas que ampliaram a concentração de renda e fizeram parte de um projeto de poder político que privilegiou os interesses dos mais ricos (SOUZA, 2016). Portanto, tendo em vista essa característica, o discurso que elogia as políticas econômicas adotadas pelo regime militar revela uma posição desse sujeito.

Muitas outras polêmicas marcaram os primeiros 500 dias do governo Bolsonaro, moldando o contexto da época e afetando os discursos produzidos. Não é possível retomar aqui todos os detalhes da situação em que esse texto foi produzido, mas acreditamos que as informações relatadas são suficientes para que possamos fazer uma análise adequada desse discurso, pois foi em meio a esse interdiscurso que o Vice-Presidente Mourão publicou seu artigo de opinião no jornal Estado de São Paulo. No texto, o político cita a cobertura midiática dada à

⁶ Em 2018, por exemplo, numa palestra para empresários, ainda como candidato a vice-presidente, Mourão criticou a atual Constituição e afirmou: “Uma Constituição não precisa ser feita por eleitos pelo povo. Já tivemos vários tipos de Constituição que vigoraram sem ter passado pelo Congresso eleitos”. O vice-presidente referia-se às Constituições de 1824, 1937 e 1969, que não passaram pela aprovação do Congresso, mas foram impostas em períodos não democráticos da história brasileira.

pandemia, as decisões tomadas pelos governadores no enfretamento do vírus, as limitações impostas pelos outros poderes ao Executivo e o desgaste da imagem do Brasil no mundo.

Análise

A esta altura está claro que a pandemia de covid-19 não é só uma questão de saúde: por seu alcance, sempre foi social; pelos seus efeitos, já se tornou econômica; e por suas consequências pode vir a ser de segurança. A crise que ela causou nunca foi, nem poderia ser, questão afeta exclusivamente a um ministério, a um Poder, a um nível de administração ou a uma classe profissional. É política na medida em que afeta toda a sociedade e esta, enquanto politicamente organizada, só pode enfrentá-la pela ação do Estado. (MOURÃO, 2020).

Mourão inicia seu artigo fazendo referência à pandemia de covid-19 e afirmando que ela não é apenas uma questão de saúde. O vice qualifica o problema como uma questão também social e econômica, mas declara ainda que ela “pode vir a ser de segurança”. Esse enunciado, entretanto, pode ser entendido como uma ameaça disfarçada de previsão. Isso ocorre porque o uso da enunciação delocutiva (a construção da sentença de forma impessoal) é uma estratégia comum no discurso político, visto que ajuda a criar o efeito de realidade (BARTHES, 1972), um estatuto de verdade para o discurso. Mourão não se coloca aqui como mero portador de uma opinião, mas da “verdade”. Tal posicionamento, entretanto, aparece por meio de formas linguísticas fortemente modalizadas, podendo passar despercebido em uma leitura superficial.

É importante chamarmos a atenção para esse mecanismo discursivo. Ora, como vimos em Foucault, a produção de uma verdade está intrinsecamente ligada ao exercício do poder. Desse modo, “essa vontade de verdade sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos (...) uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 1996, p.18). O resultado é que o *ethos* do enunciador desse discurso, afetado pelo seu tom coercitivo e pelas expectativas sociais que se tem do sujeito produtor, pode receber traços de autoritarismo. Mourão continua:

Para esse mal nenhum país do mundo tem solução imediata, cada qual procura enfrentá-lo de acordo com a sua realidade. Mas nenhum vem causando tanto mal a si mesmo como o Brasil. Um estrago institucional que já vinha ocorrendo, mas agora atingiu as raias da insensatez, está levando o País ao caos e pode ser resumido em quatro pontos. (MOURÃO, 2020).

Nesse parágrafo, o vice-presidente compara a situação do Brasil a outros países. Além disso, recorre ao imaginário do perigo, reforçado por palavras como “crise”, “mal”, “estrago”, “insensatez” e “caos”. Essas escolhas são responsáveis por delinear um contexto para o leitor, reforçando a gravidade da situação. Aqui, a escolha dos adjetivos e a maneira como o texto é construído revela um enunciador que se coloca como alguém sério, sensato e preocupado com o momento. Seu *ethos*

está então relacionado à credibilidade, visto que sua avaliação da questão parece sincera e bem desenvolvida. Afirmar que é possível resumir o problema em quatro pontos parece ser uma estratégia didática para facilitar o entendimento da mensagem.

O primeiro é a polarização que tomou conta de nossa sociedade, outra praga destes dias que tem muitos lados, pois se radicaliza por tudo, a começar pela opinião, que no Brasil corre o risco de ser judicializada, sempre pelo mesmo viés. Tornamo-nos assim incapazes do essencial para enfrentar qualquer problema: sentar à mesa, conversar e debater. A imprensa, a grande instituição da opinião, precisa rever seus procedimentos nesta calamidade que vivemos. Opiniões distintas, contrárias e favoráveis ao governo, tanto sobre o isolamento como a retomada da economia, enfim, sobre o enfrentamento da crise, devem ter o mesmo espaço nos principais veículos de comunicação. Sem isso teremos descrédito e reação, deteriorando-se o ambiente de convivência e tolerância que deve vigorar numa democracia. (MOURÃO, 2020).

No primeiro ponto destacado, a “polarização”, Mourão afirma que essa é uma “praga destes dias” em que tudo se radicaliza e até mesmo a opinião “corre o risco de ser judicializada”. Mourão usa aí uma enunciação alocutiva, colocando agora suas afirmações na primeira pessoa do plural para envolver a todos: “tornamo-nos assim incapazes”. Para ele, o essencial seria “sentar à mesa, conversar e debater”. Ao apontar esse problema, o enunciador se coloca como alguém que está ciente disso e, portanto, poderia atuar como um mediador. Em seguida, ele acusa a “imprensa” como parte do problema, ao afirmar que ela “precisa rever seus procedimentos nesta calamidade que vivemos”. A proposta de solução apresentada por ele é que as diversas opiniões tenham “o mesmo espaço nos principais veículos de comunicação”.

Nesse enunciado, é importante ressaltar que a sugestão dada revela sua adesão a um discurso. Mourão cita dois assuntos que estariam dividindo opiniões e deveriam receber o mesmo espaço na mídia: isolamento social e retomada da economia, ambos envolvidos no enfrentamento da pandemia. O grande problema é que, em ambos os assuntos, há um embate entre o discurso científico e um discurso negacionista. Aqueles que são a favor do distanciamento social o fazem com base em dados científicos, que não recomendam ainda outra maneira de enfrentar o problema. Quase todos os países do mundo estão utilizando o mesmo método, visto que até o momento não há medicamentos cientificamente comprovados para o tratamento da doença. O outro lado é representado por aqueles que sustentam discursos anticientíficos e negacionistas, os quais utilizam argumentos baseados no senso comum ou em estudos que não foram ainda revisados por seus pares e, por isso, não são totalmente confiáveis. Ao aderir a esse segundo discurso, Mourão está construindo agora um *ethos* de identificação, responsável por atrair a atenção de um público: em geral, os defensores da proposta de “retomada da economia”, grupo composto por empresários e apoiadores do presidente. Os adeptos desse discurso pró-economia não acreditam na gravidade da doença ou acreditam que a Hidroxicloroquina é uma garantia de resolução da questão.

Mourão encerra o primeiro ponto usando novamente uma elocução delocutiva, declarando como verdade uma consequência que viria para os veículos de comunicação se eles não mudarem seu modo de ação: “sem isso teremos descrédito e reação”. O enunciado, porém, novamente parece uma espécie de intimidação velada, ameaça disfarçada de previsão. A frase seguinte contradiz um trecho anterior nesse discurso. Ele diz que as consequências iriam deteriorar “o ambiente de convivência e tolerância que deve vigorar numa democracia”. Entretanto, o próprio enunciador afirmou antes que tudo estaria radicalizado, o que seria um indício de que essa deterioração já aconteceu. Se sua intenção era reforçar um *ethos* de mediador, sensato, o efeito aqui pode ser o contrário, visto que é flagrante seu posicionamento e isto o tornaria inapto para atuar como mediador da questão. Se sua afirmação for interpretada por seus interlocutores como outra intimidação velada, o *ethos* de autoritário é então reforçado.

O segundo ponto é a degradação do conhecimento político por quem deveria usá-lo de maneira responsável, governadores, magistrados e legisladores que esquecem que o Brasil não é uma confederação, mas uma federação, a forma de organização política criada pelos EUA em que o governo central não é um agente dos Estados que a constituem, é parte de um sistema federal que se estende por toda a União.

Em O Federalista – a famosa coletânea de artigos que ajudou a convencer quase todos os delegados da convenção federal a assinarem a Constituição norte-americana em 17 de setembro de 1787 –, John Jay, um de seus autores, mostrou como a “administração, os conselhos políticos e as decisões judiciais do governo nacional serão mais sensatos, sistemáticos e judiciosos do que os Estados isoladamente”, simplesmente por que esse sistema permite somar esforços e concentrar os talentos de forma a solucionar os problemas de forma mais eficaz (MOURÃO, 2020).

O segundo ponto abordado pelo general é o que ele chama de “degradação do conhecimento político por quem deveria utilizá-lo de maneira responsável”. Seus exemplos são governadores, magistrados e legisladores. Mourão afirma que eles esqueceram que o Brasil é uma federação, fazendo referência ao fato de estados e municípios estarem tomando suas próprias decisões para enfrentamento da pandemia, ignorando inclusive alguns decretos do Governo Federal. O vice faz uma citação à obra O Federalista (1787) para sustentar seu argumento, evocando o discurso de John Jay, um dos autores da obra. Essa estratégia tem a intenção de criar um *ethos* de intelectual, para dar mais credibilidade às suas críticas. Entretanto, o fato de a obra ser estrangeira e datada de 1787, século XVIII, pode criar um efeito contrário, visto que o Brasil é regido por uma Constituição de 1988, não fazendo sentido a convocação de textos dos séculos passados e de outros países para avaliar questões constitucionais atuais.

O terceiro ponto é a usurpação das prerrogativas do Poder Executivo. A esse respeito, no mesmo Federalista outro de seus autores, James Madison, estabeleceu “como fundamentos básicos que o Legislativo, o Executivo e o Judiciário devem ser separados e

distintos, de tal modo que ninguém possa exercer os poderes de mais de um deles ao mesmo tempo”, uma regra estilizada no Brasil de hoje pela profusão de decisões de presidentes de outros Poderes, de juízes de todas as instâncias e de procuradores, que, sem deterem mandatos de autoridade executiva, intentam exercê-la.

Na obra brasileira que pode ser considerada equivalente ao Federalista, Amaro Cavalcanti (Regime Federativo e a República Brasileira, 1899), que foi ministro de Interior e ministro do Supremo Tribunal Federal, afirmou, apenas dez anos depois da Proclamação da República, que “muitos Estados da Federação, ou não compreenderam bem o seu papel neste regime político, ou, então, têm procedido sem bastante boa fé”, algo que vem custando caro ao País (MOURÃO, 2020).

No terceiro ponto da discussão, Mourão continua tentando reforçar um *ethos* de intelectual, evocando novamente um discurso de O Federalista através de James Madison. O problema aqui, segundo o vice-presidente, é a “usurpação das prerrogativas do Poder Executivo”. Ele afirma que, no Brasil, a regra da separação dos poderes teria sido “estilizada” devido a uma “profusão de decisões de presidentes de outros poderes, de juízes de todas as instâncias e de procuradores”. Mourão faz ainda uma acusação a estes atores citados, a de que eles tentam exercer mandato de autoridade executiva sem deterem o mandato. Em seguida, evoca novamente o discurso de outro, Amaro Cavalcanti, no qual acusa os Estados da Federação de não compreenderem seu papel no regime político atual ou procederem “sem bastante boa fé”. Apesar de tentar mais uma vez reforçar o *ethos* de intelectual, sua estratégia pode falhar novamente, visto que o vice-presidente utiliza agora uma obra de 1899, também anterior à Constituição de 1988, para avaliar a divisão dos poderes. Ora, se sua crítica é voltada à usurpação de prerrogativas do Poder Executivo, não faz sentido direcioná-la aos estados, pois eles também possuem tais prerrogativas através dos governadores e prefeitos. Além disso, o regime político atual é regido por uma Constituição escrita em 1988, que é bastante diferente do regime político em vigor no século XIX. Por esse motivo, é possível que essa sua estratégia crie novamente um efeito contrário para alguns interlocutores, reforçando a imagem de alguém que não entende bem do assunto, mas tenta parecer intelectual.

O quarto ponto é o prejuízo à imagem do Brasil no exterior decorrente das manifestações de personalidades que, tendo exercido funções de relevância em administrações anteriores, por se sentirem desprestigiados ou simplesmente inconformados com o governo democraticamente eleito em outubro de 2018, usam seu prestígio para fazer apressadas ilações e apontar o País “como ameaça a si mesmo e aos demais na destruição da Amazônia e no agravamento do aquecimento global”, uma acusação leviana que, neste momento crítico, prejudica ainda mais o esforço do governo para enfrentar o desafio que se coloca ao Brasil naquela imensa região, que desconhecem e pela qual jamais fizeram algo de palpável. (MOURÃO, 2020).

No quarto ponto da discussão, Mourão direciona sua atenção às várias personalidades que criticam o governo. Para o vice, “o prejuízo à imagem do Brasil no exterior” é “decorrente das manifestações” dessas pessoas. Ele cita especificamente um artigo assinado alguns dias antes por ex-ministros de governos anteriores e pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso⁷, no qual desaprovam as ações do governo atual na questão das relações internacionais, relembrando também a polêmica envolvendo os incêndios na Amazônia. O ethos de Mourão nesse momento é de indignado, enquanto acusa esses adversários de prejudicarem “o esforço do governo para enfrentar o desafio que se coloca ao Brasil naquela imensa região”. Nesse ponto, há diversas acusações e desqualificações de seus opositores: “por se sentirem desprestigiados”, “inconformados com o governo democraticamente eleito”, “usam seu prestígio para fazer apressadas ilações”, “[Amazônia] que desconhecem e pela qual jamais fizeram algo de palpável”. Essa estratégia é outro mecanismo comum no discurso político: a desqualificação do adversário para colocar seu discurso em descrédito. Há aí uma disputa pela “verdade”, em que o ato de fala do outro é colocado em xeque.

Esses pontos resumem uma situação grave, mas não insuperável, desde que haja um mínimo de sensibilidade das mais altas autoridades do País.

Pela maneira desordenada como foram decretadas as medidas de isolamento social, a economia do País está paralisada, a ameaça de desorganização do sistema produtivo é real e as maiores quedas nas exportações brasileiras de janeiro a abril deste ano foram as da indústria de transformação, automobilística e aeronáutica, as que mais geram riqueza. Sem falar na catástrofe do desemprego que está no horizonte.

Enquanto os países mais importantes do mundo se organizam para enfrentar a pandemia em todas as frentes, de saúde a produção e consumo, aqui, no Brasil, continuamos entregues a estatísticas seletivas, discórdia, corrupção e oportunismo.

Há tempo para reverter o desastre. Basta que se respeitem os limites e as responsabilidades das autoridades legalmente constituídas. (MOURÃO, 2020).

Após explorar os quatro pontos que havia anunciado, Mourão afirma que, apesar de grave, a situação pode ser superada se houver “sensibilidade” nas “mais altas autoridades do país”. Em seguida, põe a culpa da desaceleração econômica e do possível aumento do desemprego nas medidas de isolamento social decretadas pelos governadores, as quais classifica como desordenadas. Um dos aspectos linguísticos que chamam atenção no fechamento do seu discurso é o uso de termos genéricos, que não explicitam sua proposta. Mourão não explica do que se trata essa “sensibilidade” e quais seriam as “mais altas autoridades” que deveriam tê-la. Em sua conclusão, também não explica porque as medidas de isolamento foram

⁷ Além de Fernando Henrique Cardoso, assinaram ainda Aloysio Nunes Ferreira, Celso Amorim, Celso Lafer, Francisco Rezek, José Serra, Rubens Ricupero e Hussein Kalout.

“desordenadas”. Além disso, declara que outros países estariam enfrentando a pandemia em “todas as frentes”, sem dar exemplos, enquanto o Brasil estaria entregue a “estatísticas seletivas, discórdia, corrupção e oportunismo”. Não havia menção até então dos responsáveis pelas estatísticas, pela corrupção e pelo oportunismo. Encerra então seu discurso afirmando que, para reverter o “desastre”, seria preciso que “se respeitem os limites e as responsabilidades das autoridades legalmente constituídas”. Entretanto, em nenhum momento ele definiu quais seriam esses limites e como as responsabilidades estão divididas em uma democracia. Apesar disso, seriedade, preocupação e indignação é tríade que o vice parece pretender ressaltar no seu *ethos* ao final do artigo. Por outro lado, suas declarações genéricas agregam um tom de superficialidade e nugacidade ao seu discurso, o que pode colaborar para que seu *ethos* pareça um pouco difuso e inconsistente.

De maneira geral, outras escolhas também emergem e moldam o *ethos* que pode ser percebido nesse discurso. O fato de que Mourão não fez referência em nenhum momento às mortes causadas pela pandemia revela um enunciador que não está preocupado em ressaltar essa parte do problema – o que pode ser visto como descaso com a vida. O discurso do vice privilegia os valores relacionados às questões políticas e econômicas, enquanto ignora a discussão em torno daqueles referentes à vida, à saúde pública ou aos direitos humanos – o que reforça seus valores econômicos. Por ensaiar uma ação como mediador dos conflitos, seria uma boa estratégia que fizesse ponderações sobre os vários âmbitos da questão, o que não acontece. Ao escolher não fazer, adota a imagem de alguém que é tão adepto a apenas um discurso, que não consegue fazer considerações sobre o outro – o efeito é que seu discurso pode parecer proselitista, “ideológico”, e não mediador. Diante da gravidade da crise imposta pela covid-19, essa imagem pode se tornar bastante negativa para aqueles que estão cientes e preocupados com a situação.

Há ainda uma estratégia recorrente que nos chamou a atenção porque não é comum nos discursos de políticos eleitos, mas em políticos da oposição. Charaudeau (2015, p. 302) chama a atenção para a configuração do discurso dos partidos clássicos de direita franceses, que estariam apagando a instância do adversário, enquanto apenas os partidos extremistas continuam os colocando em evidência. A consequência, segundo o autor, é que os extremistas acabam mais reclamando do que propondo soluções, apontando seus adversários como obstáculo para a chegada ao poder.

São esses partidos (extrema esquerda, extrema direita) que, cada um à sua maneira, manejam um discurso de denúncia, fazendo de seus adversários a fonte dos males da sociedade, amalgamando em uma mesma categoria essencializada todos os concorrentes, seja qual for o partido a que pertencem. (CHARAUDEAU, 2015, p. 303).

Esse artifício é recorrente no discurso de Mourão e se aproxima bastante dos discursos que o próprio presidente parece ter adotado nos últimos dias. Apesar de eleito, o vice-presidente constrói seu texto indicando diversos adversários políticos como agentes de privação do poder. Os problemas apontados em seu discurso estão sempre relacionados ao Outro como oponente, como

interditor. Os meios de comunicação seriam responsáveis por privar suas opiniões, pois não dão espaço a elas. Os governadores o privam do poder sobre os estados da federação, quando têm sua própria liberdade de decisão. Os Poderes Legislativos e Judiciários os impedem de legislar, pois derrubam MPs ou vetam decretos através de decisões judiciais. Os outros opositores dominam o noticiário internacional, privando-os de uma boa relação diplomática. A repetição dessa estratégia vai reforçando a presença da interdição no seu discurso, projetando um ethos de impotente para Mourão. Sua intenção talvez seja construir um ethos de identificação com o principal grupo de apoiadores de Bolsonaro, que compartilham desses inimigos. Como explica Charaudeau,

Não ter inimigo, para os membros de um grupo social, é privar-se de uma parte do que lhes permite construir sua identidade: a fonte do mal deixa de ter rosto, os valores simbólicos que devem constituir o cimento identitário do grupo não mais encontram elo social, não mais acham marcas identitárias, nem uma razão para agir. Ter um adversário é inverter todas essas proposições (CHARAUDEAU, 2015, p. 303).

Essa estratégia funciona bem quando não se está no poder, quando se é minoria e oposição. Entretanto, estando no poder, as consequências serão outras, os efeitos discursivos serão diferentes, pois a posição da qual se enuncia é determinante na construção do sentido. Para uma parte dos que se identificam com o governo, isso poderá realmente funcionar, criando a imagem de alguém que está sendo limitado pelos seus opositores. Para aqueles que não se identificam com tais valores, o *ethos* criado é o de alguém que se coloca como impotente, não porque está sendo interditado pelos adversários, mas porque sua vontade de poder parece não estar satisfeita. Ora, a interdição dos poderes de um político é um mecanismo esperado para uma democracia, de modo que os governantes devem lidar com os limites impostos aos seus poderes. Quando isso não acontece, essa vontade insaciável pode criar mecanismos de repressão. Por exemplo, se as propostas sugeridas por Mourão fossem aplicadas, o governo é que exerceria poder de interdição sobre as práticas adotadas pelos jornais e veículos de comunicação, sobre as decisões dos governadores dos estados, sobre as ações dos outros dois poderes e sobre os discursos produzidos pela oposição. As ações dos outros poderes estariam então condicionadas aos desejos de apenas um. Foucault comenta o resultado dessa interdição:

Quando um indivíduo ou um grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade do movimento - por instrumentos que tanto podem ser econômicos quanto políticos ou militares -, estamos diante do que se pode chamar de um estado de dominação. É lógico que, em tal estado, as práticas de liberdade não existem, existem apenas unilateralmente ou são extremamente restritas e limitadas (FOUCAULT, 2004, p. 266).

Portanto, quando o discurso revela que o objeto de desejo de um político eleito é ampliar o poder que exerce, como que uma vontade insaciável pelo poder,

isso poderá ser interpretado como sanha autoritária, desejo interdito. Ao ser confrontado à atual organização política brasileira, constituída em um Estado Democrático de Direito, o qual impõe limitações aos poderes como uma forma de segurança institucional, esse ethos de governante impotente e ávido pelo poder assusta aqueles que sabem as consequências da concentração de poder político em indivíduos, característica de regimes absolutistas e autoritaristas. É Foucault também quem explica o que há por trás desse discurso:

No abuso de poder, o exercício legítimo do seu poder é ultrapassado e se impõem aos outros sua fantasia, seus apetites, seus desejos. Encontramos aí a Imagem do tirano ou simplesmente a do homem poderoso e rico, que se aproveita desse poder e de sua riqueza para abusar dos outros, para lhes impor um poder indevido. Percebemos, porém - em todo caso, é o que dizem os filósofos gregos -, que esse homem é na realidade escravo dos seus apetites. E o bom soberano é precisamente aquele que exerce seu poder adequadamente, ou seja, exercendo ao mesmo tempo seu poder sobre si mesmo. É o poder sobre si que vai regular o poder sobre os outros (FOUCAULT, 2004, p. 272).

Dessa forma, o cruzamento das representações sociais que uma parte da população brasileira possui do vice-presidente, um militar de carreira, general do exército, que enaltece o período da ditadura militar e ocupa um cargo político que lhe concede o exercício do poder, às interdições que vêm à tona no discurso desse sujeito, produz o efeito discursivo de risco à Democracia. Evidentemente tal aspecto não indica que esse risco seja real, pois não se trata aqui de uma análise da realidade ou da psique de Mourão. Trata-se, afinal, de uma análise dos possíveis efeitos discursivos que são engendrados pelo discurso político em seu contexto social.

Considerações Finais

Diante da análise feita a partir do discurso do vice-presidente Hamilton Mourão, esperamos que nossa pesquisa possa colocar em discussão algumas questões importantes sobre a construção do ethos discursivo. Como apontado, acreditamos haver uma lacuna nos estudos sobre discurso político desenvolvidos por Charaudeau (2015), visto que a classificação proposta pelo autor não prevê a inclusão de éthe que, intencionalmente ou não, venham a ser desfavoráveis. Entendemos, por isso, que há uma necessidade de mais estudos sobre a construção de imagens controversas de si, ainda que no âmbito político. Além disso, ressaltamos que nossa pesquisa não trabalha com a perspectiva de descoberta de um ethos, mas tem a intenção de demonstrar os possíveis efeitos discursivos que podem vir a aparecer, de acordo com os vários fatores que estão em jogo na produção e recepção dos discursos, e como esses fatores interferem na representação da(s) imagem(ns) de si.

Outro ponto importante a ser destacado é abordagem da noção de poder para entender a presença da interdição no discurso de Mourão. Como vimos, o

vice-presidente se coloca como um sujeito privado de poder político, ao mesmo tempo em que aponta aqueles que seriam os agentes privadores, responsáveis por interditar não apenas o vice-presidente, mas o governo, visto que ele é uma figura representante da atual gestão. Esse posicionamento o coloca em alinhamento aos discursos produzidos pelo próprio presidente Bolsonaro, possível efeito de uma tentativa do vice-presidente em aproximar-se dos mesmos interlocutores que apoiam o discurso bolsonarista. Diante do cenário político atual, seria interessante também investigar em quais outros atores políticos esse discurso de impotência aparece e de que maneira os diversos grupos sociais os têm recebido. Nossa hipótese é que a sensação de impotência pode ser responsável pela constituição de movimentos que sustentam discursos extremistas contendo machismo, homofobia, racismo e xenofobia. Isso porque o avanço de pautas progressistas e a defesa de comunidades minoritárias reduziram em parte o poder que grupos hegemônicos exerciam, o que interditou discursos permitidos anteriormente. Essa privação no nível dos micropoderes leva à sensação de impotência e a uma identificação com indivíduos que possuam discursos semelhantes. Os discursos políticos que sustentam esse ethos conseguem então atrair mais apoiadores, o que também estimula a adesão de mais agentes políticos a essa estratégia. Dessa forma, os conceitos de (micro)poder e interdição seriam centrais para compreender a organização discursiva que domina o debate político na atualidade.

Por fim, é relevante ainda destacar que a atual pandemia de covid-19 trouxe mudanças significativas para as discussões realizadas no âmbito do discurso político, o que exigirá diversos estudos para uma avaliação de seu impacto. Uma das principais mudanças diz respeito aos valores neoliberais, que até então dominavam boa parte da discussão, como as políticas de austeridade fiscal e a redução da presença do Estado no âmbito econômico. Entretanto, as primeiras reações da maioria dos países à doença foram na direção oposta: aumento dos gastos para conter a epidemia e ampliação da presença do Estado em diversos setores sociais, especialmente no da saúde. Devido a isso, é possível que, nos próximos anos, os discursos políticos que defendem maior ação do Estado em setores estratégicos passem a ser predominantes, o que pode mais uma vez reorganizar o exercício dos (micro)poderes nas sociedades.

Referências

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Dílson F. da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

ANDERSEN, K.G.; RAMBAUT, A.; LIPKIN, W. I. et al. *The proximal origin of SARS-CoV-2*. *Nat Med* 26, 450–452 (2020). Disponível em <https://doi.org/10.1038/s41591-020-0820-9>. Acesso em 15 mai 2020.

BARTHES, R. O Efeito de Real. In: BARTHES, R. et al. *Literatura e semiologia: pesquisas semiológicas*. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 35-44.

- BARTHES, R. *A aventura semiológica*. Tradução de Maria de Sta. Cruz. Lisboa: Edições 70, 1987. (Coleção Signos).
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Painel Coronavírus: Covid-19*. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Sobre a doença*. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#sintomas>. Acesso em 17 mai. 2020.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Inquérito 4.781 Distrito Federal. *Decisão: relatório e determinações*. Relator Alexandre de Moraes. Brasília, DF: STF, 2020c. 32 p. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/abrirDocumento.asp?tipo=documentoGeral&numero=9F754EAA0FBDE05A1890A0B73855CEA0>. Acesso em: 27 mai. 2020.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Tradução de Angela M. S. Correa e Ida Lúcia Machado. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- EGGS, E. *Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna*. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 29-56.
- FERGUSON, N. M.; LAYDON, D.; NEDJATI-GILANI, G. et al. *Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID-19 mortality and healthcare demand*. Imperial College London, Londres, 2020. Disponível em: <https://www.imperial.ac.uk/media/imperial-college/medicine/sph/ide/gida-fellowships/Imperial-College-COVID19-NPI-modelling-16-03-2020.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2020.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Sampaio. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade, política*. Organização de Manoel Barros de Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Coleção Ditos e escritos, v. 5)
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FMI – Fundo Monetário Internacional. *World Economic Outlook: The Great Lockdown*. Chapter 1: Global prospects and policies. 25 pp. Disponível em:

<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/weo-april-2020>. Acesso em: 17 mai. 2020.

G1. *China bloqueia transporte entre cidades próximas ao centro da epidemia de coronavírus*. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/23/coronavirus-segunda-cidade-chinesa-e-posta-em-quarentena.ghtml>. Acesso em: 17 mai. 2020.

HARARI, Y. N. *Sapiens: Uma breve história da humanidade*. [Trad. Janaína Marcoantonio]. 21. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.

BCE – Banco Central Europeu. *Press Conference*. Frankfurt, 2020. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/press/pressconf/2020/html/ecb.is200430~ab3058e07f.en.html>. Acesso em: 17 mai. 2020.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Salário mínimo real: mensal de 1940.07 até 2020.04*. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=37667&module=M>. Acesso em: 17 mai. 2020.

JHU - The Johns Hopkins University. *Coronavirus Resource Center*. Baltimore, Maryland, 2021. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 24 mar. 2021.

LASKI, H. J. *O liberalismo europeu*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. ampl. Tradução de Cecília P. de Souza e Délcio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, D. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.) *Ethos discursivo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 11-29.

MAINGUENEAU, D. *Ethos, cenografia, incorporação*. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 69-92.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Possenti, Sírio. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOURÃO, A. H. M. Limites e responsabilidade. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 mai. 2020. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,limites-e-responsabilidades,70003302275>. Acesso em: 17 mai. 2020.

OMC – Organização Mundial do Comércio. *Trade set to plunge as COVID-19 pandemic upends global economy*. Genebra, 2020. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/pres20_e/pr855_e.pdf. Acesso em: 17 mai. 2020.

OMS – Organização Mundial da Saúde. *Pandemic (H1N1) 2009: update 112*. Disponível em: https://www.who.int/csr/don/2010_08_06/en/. Acesso em: 17 mai. 2020.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Unprecedented collapse in CLIs in most major economies*. Paris, 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/economy/unprecedented-collapse-in-clis-in-most-major-economies.htm>. Acesso em: 17 mai. 2020.

OPAS/OMS - Organização Pan-Americana da Saúde. *Folha informativa: COVID-19* (doença causada pelo novo coronavírus). Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 17 mai. 2020.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

SOUZA, P. H. G. F. *A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2017/Teses-Premiadas/Sociologia-Pedro-Herculano-Guimaraes-Ferreira-de-Souza.PDF>. Acesso em: 17 mai. 2020.

SPINATO G.; FABBRIS C.; POLESEL J. et al. *Alterations in Smell or Taste in Mildly Symptomatic Outpatients With SARS-CoV-2 Infection*. JAMA, 2020. v. 323, n. 20, p. 2089-2090. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jama/fullarticle/2765183?appId=scweb>. Acesso em: 17 mai. 2020.

UNTACD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. *The Covid-19 Shock to Developing Countries: towards a “whatever it takes” programme for the two-thirds of the world’s population being left behind*. Genebra, 2020. Disponível em: https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/gds_tdr2019_covid2_en.pdf. Acesso em: 17 mai. 2020.

Para citar este artigo

HOLANDA, Samuel Freitas; MAIA-VASCONCELOS, Sandra; OLIVEIRA, Débora Maria da Costa. A construção do ethos no discurso do vice-presidente Hamilton Mourão. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli, Crato*, v. 10, n. 3, p. 1165-1193, set.-out. 2021.

Os Autores

Samuel Freitas Holanda é doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGL-UFC). Possui Mestrado em Linguística e Graduação em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela mesma instituição. É integrante do Grupo de Estudos em Linguística e Discurso Autobiográfico (GELDA). Tem experiência em docência na área de Linguística e Língua Portuguesa e realiza pesquisa sobre os seguintes temas: análise do discurso, (auto)biografia, narrativas de vida, discurso religioso, discurso político e ethos discursivo.

Sandra Maia-Vasconcelos é graduada em Letras pela Universidade Federal do Ceará (1996), com Especialização em Psicopedagogia, Doutorado em Sciences de L'Education pela Universidade de Nantes (2003) e Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2015). Atualmente é professora associada do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do

Ceará, professora colaboradora da Universidade Estadual do Ceará e membro do Conselho de avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É ainda professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC, orientadora de mestrado e doutorado e professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Cariri - Crato-Ce. Tem pesquisas na área de Educação, com ênfase em Análise do Discurso Narrativo das Histórias de Vida, atuando principalmente nos seguintes temas: pesquisa autobiográfica, discurso, leitura e escrita, aprendizagem, representações discursivas, educação hospitalar e adolescência. Líder dos grupos de pesquisa Argumentação, Discurso e Relatos e escrita de si e do GELDA - Grupo de Estudos em Linguística e Discurso Autobiográfico.

Débora Maria da Costa Oliveira é graduanda em Letras Português-Francês pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista de Iniciação Científica (FUNCAP) no projeto Narrativas do eu em redes sociais: a relação discursiva na vivência de situação traumática global. É membro do Grupo de Estudos em Linguística e Discurso Autobiográfico (GELDA).